

AS MEMÓRIAS SENSÍVEIS EM PERSPECTIVA: as experiências limítrofes do século XX entre a recordação e o esquecimento

Rodrigo Musto Flores¹

Artigo recebido em 15/02/2022

Artigo aceito em

RESUMO:

Este trabalho apresenta uma análise acerca da relação entre os conceitos de memória, trauma e identidade social, buscando estabelecer um diálogo com a bibliografia especializada que analisa os temas citados a partir das experiências traumáticas, características do século XX. Nesse sentido, a primeira parte do texto aborda as relações entre a memória e o trauma, bem como questões inerentes ao processo de rememoração de experiências relacionadas aos eventos traumáticos. A segunda parte do texto coloca em discussão os fenômenos que atuam na constituição das memórias coletivas, abordando os mecanismos envolvidos no estabelecimento do vínculo entre o indivíduo e o grupo.

PALAVRAS-CHAVE: Memórias; Totalitarismo; Holocausto; Identidade; História oral.

SENSITIVE MEMORIES IN PERSPECTIVE:

the borderline experiences of the 20th century between remembrance and forgetfulness

ABSTRACT:

This paper presents an analysis of the relationship between the concepts of memory, trauma and social identity, seeking to establish a dialogue with the specialized bibliography that analyzes the themes mentioned from traumatic experiences, characteristic of the twentieth century. In this sense, the first part of the text discusses the relations between memory and trauma, as well as issues inherent in the process of recalling experiences related to traumatic events. The second part of the text discusses the phenomena that act in the constitution of collective memories, addressing the mechanisms involved in establishing the bond between the individual and the group.

¹ Doutorando em história pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), sob orientação do Prof. Dr. Jean Rodrigues Sales. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1085456225550765>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2750-2719>. E-mail: rodrigomustoflores89@gmail.com.

KEYWORDS: Memories; Totalitarianism; Holocaust; Identity; Oral History.

1. Introdução

O século XX apresenta características que se prestam a várias interpretações, contudo, sua particularidade mais evidente é o contraditório. As grandes mudanças de ordem econômica, social e política pareciam anunciar uma era de otimismo e superação marcada pelo desenvolvimento tecnológico e científico. Barreiras antes intransponíveis eram superadas, o desenvolvimento de medicamentos aumentou a eficiência na prevenção e tratamento de doenças e a descoberta de novas fontes de energia tornavam infindável a capacidade inventiva da humanidade. Todavia, o horizonte de progresso que se anunciava ocultava a sanha imperialista dos países europeus, a busca incessante por matérias primas e mercados movia, com a mesma eficiência dos motores a combustão, uma engrenagem de violência e opressão nos continentes africano e asiático.

As guerras mundiais produziram milhares de mortos. A primeira, provocada por interesses imperialistas e pelo nacionalismo exacerbado, colocou em xeque o aparente estado de progresso. A segunda, ocasionada por questões pendentes do outro conflito e, sobretudo, por delírios autoritários, que pregavam o sectarismo e o horror ao outro, descortinou, de uma vez por todas, a barbárie e a violência: a face tenebrosa dos novecentos. Contudo, pensar uma periodização que dê conta do século passado significa ir além da fria divisão impostas pelos números. As crises e catástrofes dos novecentos não ficaram restritas a um país ou continente específico, mas se tornaram sinais de uma única crise de civilização.

Em uma das interpretações mais conhecidas sobre o século XX, Eric Hobsbawm (1995) evidencia o choque entre a democracia e o totalitarismo. O historiador inglês, coetâneo de todas as questões colocadas até aqui, escreve uma obra quase autobiográfica em que pontua o século passado como uma verdadeira prova para a humanidade. Marcado pelas guerras, essas fizeram desmoronar o edifício da civilização, mas também assinalaram sua reconstrução. Nessa perspectiva, o “Breve

Século XX” iniciou em 1914, com a catástrofe da Grande Guerra, e terminou com o colapso da URSS, em 1991. A era da guerra total fez com que a humanidade pensasse em termos de guerra, mesmo frente ao silêncio dos canhões (HOBSBAWM, 1995, p. 30). Portanto, compreender a história dos noventa é impossível sem o entendimento de uma guerra mundial, que na perspectiva do autor durou 31 anos. Além disso, Hobsbawm retrata o século XX como um período profundas rupturas de paradigmas, onde a humanidade viveu momentos de catástrofes, esperança e incertezas profundas.

Seguindo uma linha distinta, Giovanni Arrighi (1996) ressalta que o século XX foi marcado pela hegemonia do capitalismo. O autor propõe a existência de quatro ciclos de acumulação de capital em escala planetária, identificando os padrões de recorrência e evolução da acumulação de capital em escala planetária. Segundo essa perspectiva, o autor pontua que o “Longo Século XX”, o século americano, não pode ser compreendido a despeito do protagonismo dos Estados Unidos e do deslocamento do eixo econômico da Europa para a América. O advento da sociedade de massa, marcada pela integração entre os processos de produção e distribuição, fez emergir uma nova configuração social (ARRIGHI, 1996, p. 248). A perspectiva do autor, portanto, trabalha com uma temporalidade de longa duração, evidenciando que o século XX é um produto dos ciclos que o precedem.

A despeito da temporalidade adotada, alargada ou mais condensada e intensa, o século XX pode ser compreendido, sobretudo, pela emergência de diversos regimes totalitários. As técnicas sistemáticas e planejadas de extermínio dizimaram milhões de pessoas, marcando profundamente a vida dos que sobreviveram. A barbárie, característica dos campos de concentração, contrasta com a imagem de progresso e desenvolvimento da chegada do homem à lua. Imagens de um mesmo século, separadas por pouco mais de vinte e cinco anos, que definem o século dos extremos. Inconciliáveis à primeira vista existe um elemento comum que as une: o homem.

Não obstante, o mal, característico do século passado, foi produzido e conduzido por homens. Hannah Arendt (1999), em seu relato sobre a banalidade do mal, identifica no homem o elemento fulcral para o entendimento dos horrores característicos dos noventa. A autora, tendo como base as atrocidades cometidas nos campos de concentração, se surpreende ao encarar Adolf Eichmann, típico representante da burocracia alemã, julgado na década de 1960. Nesse sentido, Arendt pontua uma nova categoria: a “Banalidade do Mal”. A filósofa defende que a barbárie produzida nos campos de concentração nazista não é um crime, em suma, perpetrado por monstros fanáticos e demônios odiosos, mas por pessoas comuns, como Adolf Eichmann, que cumpriam ordens (ARENDR, 1999, p. 167).

Não só o Holocausto/Shoah deve ser lembrado como um evento de ruptura e produção de memórias traumáticas, mas os diversos regimes ditatoriais que emergiram por todo o mundo durante o século XX. As ditaduras de segurança nacional, vivenciadas na América Latina, legaram às suas vítimas experiências traumáticas relacionadas às torturas e perseguições políticas de toda ordem. Encerradas as ditaduras, o espaço público se torna um verdadeiro campo de batalhas, onde memórias dissidentes e memórias hegemônicas disputam o papel de porta-vozes de uma determinada representação do passado, alçando em meio a essas disputas a narrativa historiográfica. Assim, o olhar do profissional da história passa ser também objeto de disputas, dado sua capacidade de cancelar determinadas narrativas.

De fato, uma análise mais profunda do século XX pode confirmar ou negar tudo o que foi dito acima. O objetivo deste artigo não é analisar os eventos que o marcaram o último século ou formular hipóteses sobre sua duração e significado. Contudo, a emergência do testemunho estilhaçou o tecido social e, sob as feridas não cicatrizadas, provoca um caloroso debate sobre as memórias traumáticas e as questões sensíveis. Assim, nas últimas décadas do século XX, a memória invadiu o campo da história, consolidando-se como um de seus principais objetos de estudo. Essas novas demandas exigem um novo referencial teórico.

As memórias constituídas em referência as experiências traumáticas tangenciam limites muito tênues, dado que implicam uma questão educacional, ou seja, o ato de recordar significa uma espécie de zelo para que a tragédia não se repita. Essa perspectiva, enunciada por Theodor Adorno (1995), atesta a falência do projeto iluminista após a barbárie perpetrada nos campos de concentração (ADORNO, 1995, p. 117). O dever de memória, implícito na recordação das experiências traumáticas, segundo o filósofo, é uma tarefa política. Nessa perspectiva, a memória de Auschwitz possui uma função educacional, o desenvolvimento de uma autoconsciência crítica sobre o Holocausto/Shoah é para que eventos como esse não voltem a ocorrer. No entanto, alguns limites devem ser considerados. Em primeiro lugar, o direito à memória e ao esquecimento: a particularidade dos testemunhos que nos chegam reside no fato de que são resultantes de um passo, dado pela vítima, que se dispõe a relatar os horrores que vivenciou. Em segundo lugar, deve se considerar os abusos cometidos em nome dessas memórias, que podem resultar em uma intensa exploração midiática e, banalizando essas experiências.

Nesse sentido, o presente texto tem como objetivo colocar em perspectiva as dinâmicas associadas à composição de narrativas de memória. Para tanto, parto da premissa de que os testemunhos são fontes fundamentais para a análise da história do tempo presente. Além disso, a dimensão de coetaneidade, ou seja, a convivência no mesmo espaço temporal entre o analista e o fato a ser analisado gera momentos de tensão entre a objetividade do historiador e a subjetividade da experiência vivida (PADRÓS, 2009, p. 33). Dessa forma, a natureza subjetiva da memória, imersa em disputas, construções e reconstruções, demanda ao historiador um alto rigor teórico e metodológico e, por mais efêmero e provisório que pareça o exercício de conferir sentido a experiências ainda em aberto, esse esforço contribui para o preenchimento de lacunas e para a ordenação de cenários ainda desordenados.

2. A dinâmica da memória e das recordações traumáticas

Nas imagens da mitologia greco-romana, herdadas pela cultura ocidental, Mnemosine é, irmã de Cronos e um das titânides mais poderosas, personificando a memória e a proteção contra o esquecimento. O poder de Mnemosine vêm do significado que a memória possui para os gregos, sendo definida como um atributo de seres racionais, não é por acaso que Mnemosine é considerada a primeira filósofa. Clio, simboliza a história, articulando o passado e o presente, é próxima de sua mãe – Mnemosine –, mas não se confunde com ela (SALES, 2016, p. 156).

O escritor italiano Cesare Ripa, descreve a memória como uma mulher que porta um dom particular de grande importância. É através da memória que se realiza o contato entre o passado, o presente e o futuro. Com efeito, por possuir essa característica, a memória é representada possuindo duas faces, uma delas voltada para trás e a outra para frente. Na representação de Ripa a memória também aparece portando em uma das mãos uma pena e na outra um livro, reforçando sua função de exercício onde imperam a seleção, o descarte e o registro de informações, desde as mais cotidianas as mais complexas (RIPA, 1593, p. 322-323, apud BLOCK, 2012, p. 32).

Para além das referências iconográficas, a caracterização mais corrente do substantivo memória se refere à capacidade de armazenar conhecimento, dados e informações. No entanto, a definição de memória adotada neste texto diz respeito a um fenômeno social relacionado a uma determinada construção sobre o passado, sujeita aos processos de reelaboração, conservação, seleção, descarte e esquecimentos, que remetem à sua proximidade com o presente. Além disso, o fenômeno da memória é sobretudo, constituído a partir das relações de interação com o outro em um espaço onde predomina, simultaneamente, a complementariedade e o conflito.

Essa perspectiva, conforme descreveu Maurice Halbwachs (2003), diz respeito ao compartilhamento e a validação das lembranças como facilitadores do processo de rememoração, as lembranças e reminiscências do passado tornam-se mais nítidas à medida que compartilhamos trechos dessa vivência com outros

membros do grupo². Dessa forma, o autor anuncia o conceito de memória coletiva, sobretudo, quando adaptamos componentes pessoais de nossa narrativa, para adequá-los ao passado lembrado coletivamente (HALBWACHS, 2003, p. 25). Não obstante, esse exercício, realizado constantemente, faz com que percamos a capacidade de diferenciar elementos referentes à experiência do sujeito daqueles pertencentes ao universo comum do grupo. No entanto, engendra um novo sujeito coletivo, construído a partir de sua vivência enquanto membro de uma determinada coletividade. Portanto, a presença do ser social na construção de um discurso de memória marca, sobretudo, um complexo processo circulação de bens simbólicos e materiais.

Halbwachs, desbravou um campo pouco frequentado pelas ciências sociais em sua época. Seu trabalho é inovador, pois, desloca a compressão da memória de uma perspectiva estritamente individual, para a dimensão coletiva. No entanto, o autor toma a memória a partir de uma visão demasiada conciliatória, desconsiderando as disputas resultantes das imposições de um discurso hegemônico sobre as narrativas dissidentes, bem como os diversos episódios de violência simbólica. Com efeito, Halbwachs aborda o fenômeno da memória a partir de um ponto de vista durkheimiano, ou seja, uma forma coletiva de pensamento não totalmente submetida à vontade individual, mas influenciando os comportamentos individuais.

A grande crítica a esse pensamento, parte de autores que buscam entender os diversos mecanismos que influenciam na constituição das memórias. De acordo com Michael Pollak (1989) não se trata de compreender a memória como um fato social, mas abordá-la a partir de uma perspectiva construtivista, ou seja, buscando identificar como uma determinada memória se solidifica, se estabiliza, além dos processos e atores sociais responsáveis por esse trabalho (POLLAK, 1989, p. 4). Nessa perspectiva, a compreensão dos mecanismos sociais que influenciam na

² O termo “grupo” é utilizado neste texto no mesmo sentido de coletividade, indicando desde pequenas sociedades, tais como: aldeias, associações, clubes nas quais todos os membros se conhecem, até sociedades territorialmente extensas. Essa caracterização é fundamental, principalmente, para a segunda parte da presente análise.

constituição dos discursos e as dinâmicas sociais envolvidas nesse processo é fundamental. Não obstante, o discurso de memória é construído a partir de uma representação do passado, estando imerso em um complexo jogo de poder implícito — ou explícito — à coletividade. Além disso, outros elementos também fazem parte desse processo, tais como: a representação que estes indivíduos fazem de seu passado, os usos políticos atribuídos às narrativas e até mesmo o esquecimento, seja ele imposto ou intencional.

O exercício de rememoração não é um ato passivo, uma vez que, é a conversão das lembranças em narrativas que comunicam ao corpo social as experiências do passado. Dessa forma, mesmo tendo o passado como referencial, as narrativas de memória são influenciadas pelo contexto em que são narradas e, sobretudo, pelo modo como a testemunha se relaciona com essas lembranças. Ao se considerar uma experiência traumática, devemos destacar que o esquecimento é, em alguma parte, peça chave de um processo mais complexo que envolve, não só a característica seletiva das memórias, mas também o sentimento de preservação inerente aos seres humanos. Portanto, a vítima, devido ao trauma ou à ausência de ouvintes interessados em partilhar com ela seus sofrimentos opta por se privar de revisitar as memórias incômodas.

Segundo Soares (2012), para os sobreviventes dos campos de concentração relatar sua experiência nunca foi uma tarefa fácil. A dimensão da perda é incalculável: parentes, amigos, bens materiais, individualidade, dignidade e a capacidade de discernimento são eliminadas durante essas experiências. Nessa perspectiva, o campo de extermínio tem como primeiro objetivo a preparação do indivíduo para a morte, despindo-o de tudo o que lhe confere personalidade. O homem e a mulher tornam-se seres vazios, reduzidos ao sofrimento e a carência, aceitando de forma passiva a morte (SOARES, 2012, p. 916). O campo, aniquila a rede de sociabilidade e a personalidade do indivíduo e os que sobrevivem passam a desenvolver um sentimento de culpa pelo ocorrido como se, enquanto vivos, ocupassem um lugar que não lhes pertence.

Nesse sentido, segundo Beatriz Sarlo (2007), o contexto de produção dos relatos de memória relacionados a essas ocorrências possui duas características principais: I) a impossibilidade dos sujeitos de ignorar suas experiências, devido a sua dimensão traumática; II) um sentimento de justiça por parte do sobrevivente que o coloca como porta-voz daqueles que sucumbiram. Dessa forma, os relatos relacionados aos campos de concentração, por exemplo, não são oriundos de sujeitos plenos, muito pelo contrário. Aquele que narra “é um sujeito ferido, não porque pretenda ocupar vicariamente o lugar dos mortos, mas por que sabe de antemão que esse lugar, no mundo dos vivos, não lhe pertence” (SARLO, 2007, p. 34).

A partir disso, é possível inferir que existem diversas gradações e significações entre o silêncio e o esquecimento. O trauma, por exemplo, pode ser definido como uma experiência limite que imobiliza o indivíduo e desestrutura a narrativa, comprometendo a lembrança da vítima que se silencia. Segundo Jeanne M. Gagnebin (2004), a vítima opta pelo silêncio mediante a constatação de que aquelas experiências não podem ser traduzidas em palavras ou narrativas. Na visão da autora, o trauma corta o acesso do indivíduo ao simbólico, comprometendo a linguagem e, por consequência, inviabilizando a descoberta de uma ‘verdade’ sobre o passado (GAGNEBIN, 2004, p. 85). No entanto, o silêncio não se confunde com o esquecimento, bem como este não deve tratado como diametralmente oposto à memória. Esquecimento e memória são forças complementares, dado que a retenção e o descarte de informações é parte fundamental do processo de constituição da memória social. Assim como a constituição de uma memória social não implica uma reconstrução detalhista e fiel ao passado, uma memória prodigiosa não é aquela que retém mais informação. Constituir memórias é lidar com recorrentes processos de seleção e descarte de elementos, sem os quais a memória e a capacidade de pensar seria impossível.

Os testemunhos relacionados ao holocausto/Shoah se transformaram em um modelo testemunhal, é fundamental que seus ouvintes considerem a sua veracidade referencial em vista da natureza dos relatos. A testemunha vivenciou o

ocorrido sobre o qual fala. Portanto, antes de tudo, é preciso colocar em primeiro plano os argumentos morais em respeito à testemunha que se dispõe a revisitar suas memórias. O testemunho ganha a função de um potencial de ação, ou seja, ele é a matéria-prima que comunica as condições sob as quais se deu o crime, buscando despertar em seu ouvinte alguma ação. Contudo, sua natureza de testemunho o torna incompleto, dado que aqueles que sobreviveram não foram vítimas totais do principal objetivo do campo: a morte.

As memórias de tragédias coletivas, e o dever de recordação implícito a essa categoria, enfrentam no meio social certa dificuldade que seus transmissores encontram de conferir sentido a elas, já que a sociedade, de uma maneira geral, não entende a magnitude daquelas lembranças relatadas. Primo Levi (2000), narra na obra “Isto é um homem?” um sonho que era corrente entre os prisioneiros dos campos. Na narrativa, o autor destaca o temor frente a indiferença de ouvintes que não se dispõem a compartilhar o seu sofrimento, se levantam e vão embora. Nesse sentido, Levi questiona “Por que o sofrimento de cada dia se traduz, constantemente, em nossos sonhos, na cena sempre repetida da narração que os outros não escutam?” (LEVI, 2000, p. 60)

Não obstante, a função educativa das memórias traumáticas, partir do imperativo ético enunciado por Adorno no início desta exposição, percorre um longo caminho até se efetivar. Marcos Napolitano (2018) lembra que o silêncio da vítima não pode ser entendido como uma impossibilidade de se lembrar daquilo que sofreu. Este silêncio ocorre, sobretudo, devido à falta de condições sociais, políticas e culturais que possibilitem a elaboração do testemunho. Com efeito, a escuta social é fundamental nesses casos, já que representa a outra metade do caminho a ser trilhado, ou seja, a escuta é o passo à frente dado pela sociedade civil que desconhece o sofrimento do outro. No mesmo sentido que, o testemunho é a representação da coragem diante do esquecimento, muitas vezes, imposto (NAPOLITANO, 2018, p. 210).

Nesse sentido, é importante salientar que o ato de comunicar, ou seja, tornar comum, traduzir uma determinada experiência em uma mensagem com referenciais objetivos e compreensíveis, pode ser comprometido mediante as amarras sociais e a falta de apoio e compreensão do outro. Em texto já citado, Michael Pollak (1989), aponta que silêncio posterior a experiências traumáticas pode ser traduzido também como um *modus vivendi*, ou seja, mediante um contexto de excesso de memórias a vítima se silencia, praticando uma estratégia de socialização, sobretudo, quando percebe que seus perpetradores ainda ocupam os espaços de poder (POLLAK, 1989, p.03). Nesses casos, de acordo com o autor, o silêncio atua como uma das engrenagens principais na formação das memórias subterrâneas. Além disso, o silêncio momentâneo da vítima pode ser entendido como um distanciamento temporal, fundamental para a solidificação das memórias e construção das narrativas.

Não obstante, o silêncio das vítimas não implica a falta de transmissão das memórias, dado que, permanecem sendo comunicadas entre os elementos do próprio grupo e seus descendentes, convertendo-se em alicerces de uma identidade social, engendrando uma forma de resistência frente ao excesso de discursos oficiais e ao silêncio do Estado. É no interior dos grupos, portanto, que as vítimas encontram uma escuta capaz de entender o sofrimento que passaram. As experiências comuns engendram um sentimento de pertencimento que dá sentido à coletividade, poupando seus membros de algum mal-entendido ou incompreensão que possa ser gerado por seus testemunhos.

3. Memória e identidade social: as fronteiras entre o individual e o coletivo

Uma das principais características da sociedade contemporânea é sua complexidade e heterogeneidade resultantes de diversas vivências, saberes, temporalidades e variadas formas de representação e relação com o passado. Esse modelo, eleva o indivíduo como elemento constituinte e constituidor do corpo social, alçando suas memórias a um grau de relevância nunca visto, marcando a passagem de uma sociedade tradicional e integrada em direção a uma configuração

social fragmentada. Nessa linha, busca-se tecer um entendimento sobre a vivência do sujeito, ressaltando as experiências vividas em determinado contexto ou ainda, as perspectivas e visões sobre um acontecimento em comum.

Dessa forma, o estudo das dinâmicas referentes a constituição, transmissão e comunicação de uma memória social, ajudam a compreender as relações entre a memória e a identidade, bem como as fronteiras entre experiências individuais e coletivas. Nesse sentido, se destacam as análises que abordam as memórias das vítimas do holocausto, do genocídio armênio, do terrorismo de Estado, ou ainda, de sindicatos, do movimento negro, de associações de veteranos de guerra, ou seja, de grupos que constroem um mecanismo de identidade social, mobilizando um passado em comum que se refere à participação de seus membros em episódios traumáticos ou limítrofes.

Esses acontecimentos, são os principais elementos constitutivos da memória social desses grupos, atuando como potentes formadores do imaginário coletivo e de um sentimento de pertencimento à coletividade. Nessa perspectiva, um indivíduo filiado à coletividade não precisa, necessariamente, ter tomado parte do fato ocorrido desde que, por de mecanismos de socialização, se identifique com os valores transportados por aquelas narrativas. Dentre os mecanismos de socialização, a elaboração de narrativas sobre o passado, as lembranças coletivas e os lugares de memória são as principais iniciativas que, tomadas em conjunto – no caso de memórias fortes – ou de forma isolada – quando se pensa as memórias clandestinas – tornam o passado inteligível. Além disso, essas estratégias fundamentam a experiência histórica do grupo, bem como articulam esforços em torno de um projeto, ou seja, um objetivo em comum que esse grupo queira atingir.

Nesse sentido, tomarei aqui o conceito de identidade em sua forma mais superficial, ou seja, aquele que atesta a transmissão de uma imagem, seja de si para si, ou de si e para os outros. A percepção da relação entre os conceitos de memória e identidade é recente. David Lowenthal (1989), afirma que até o final do século XVIII a identidade era entendida como algo fixo, imutável e relacionado ao presente

do indivíduo. Essa concepção, se altera com o desenvolvimento da filosofia iluminista, que propõe uma identidade sancionada pela memória, marcada pela mudança através do tempo. O sentimento de identidade passa a se fiar na continuidade, demandando um esforço de memória para a manutenção dos laços temporais. Nessa perspectiva, o esquecimento é entendido como ausência, desmemória e amnésia que destrói a personalidade do sujeito, anulando a sensação de continuidade através do tempo (LOWENTHAL, 1989, p. 85).

Segundo Paul Ricoeur (2007) a elaboração de narrativas sobre o passado ocorre a partir da articulação entre lembranças, no plural, e a memória no singular. Nesse sentido, a memória caracteriza uma espécie de fluxo, orientando a passagem do tempo em mão dupla, ou seja, “do passado para o futuro, de trás para a frente, por assim dizer, segundo a flecha do tempo da mudança, mas também do futuro para o passado, segundo o movimento inverso de trânsito da expectativa à lembrança, através do presente vivo” (RICOEUR, 2007, p. 108). A memória se incorpora ao sentimento de identidade justamente por sua função narrativa que promove a ordenação dos personagens, fatos marcantes, comemorações, mobilizando-os em prol da construção de um discurso próprio. Não obstante, o filósofo ainda pontua que a memória é a guardiã da problemática relação entre presente e passado. O discurso de memória e, sobretudo, os valores incorporados e transmitidos nas narrativas, aproximam o transmissor e o receptor das mensagens. Os significados são mobilizados como uma das formas de se obter justiça por meio das práticas de memória e do exercício de rememoração. Nessa questão, reside um dos principais argumentos do autor: lembrar, remete a um exercício ativo, ou seja, o acesso à forma coletiva da memória não é somente o acolhimento de uma imagem do passado, mas, sobretudo, fazer algo com essa imagem. (RICOEUR, 2007, p. 71).

Com efeito, a memória é vida, portanto, deve-se considerar seu caráter conflitivo de constante construção, reconstrução, adaptação e readaptação. Dito de outra forma, a memória, assim como os monumentos, os testemunhos e toda forma de transmissão de experiências passadas, sofrem com as transformações ao longo do tempo. A constituição de uma identidade, conceito que tomado de maneira

apressada aparenta ser um fenômeno individual, é a principal responsável pela transmissão de uma imagem. A identidade, assim como a memória, não está isenta de negociação, legitimação e conflitos. Enquanto a memória pressupõe conflitos sociais e intergrupais, que opõe as memórias individuais e coletivas, a identidade é produzida em referência aos outros, por critérios de aceitabilidade, admissibilidade e credibilidade. Dessa forma, a alteridade representa um papel fundamental na construção das memórias e das identidades (POLLAK, 1992, p. 204).

A memória dos grupos não cessa de se construir e reconstruir, sempre imersa em um constante processo de adaptação e readaptação, mediante as diversas demandas e projetos que se apresentam. Com efeito, estes grupos investem tempo na constituição de uma narrativa memória que traduza sua essência, pontuando as semelhanças e diferenças de seus membros em relação aos outros. As narrativas, portanto, são instrumentos fundamentais para a preservação e transmissão de heranças identitárias e tradições. Na perspectiva de Delgado (2010), as narrativas, enquanto um gênero específico do discurso, incorporam dimensões materiais, sociais, simbólicas e imaginárias. Além disso, por possuírem a experiência como sua principal fonte, são meios fundamentais de transmissão, de geração em geração, das experiências mais simples do cotidiano, até os grandes eventos que marcaram a história (DELGADO, 2010, p. 43).

A experiência se apresenta como um dos elementos teórico-metodológicos que pode explicar a aglutinação dos indivíduos em grupos. De acordo com Edward Palmer Thompson (1981), os indivíduos não se aglutinam de forma espontânea ou imediata, mas, sobretudo, pelo compartilhamento de práticas sociais comuns. A categoria “experiência”, por mais imperfeita que pareça ser, é indispensável ao historiador e diz respeito à resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo, a acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições da mesma categoria de acontecimentos (THOMPSON, 1981, p.15). Nesse sentido, a experiência está diretamente, envolvida no processo de construção das subjetividades, dado que, não são os indivíduos que, simplesmente, possuem determinadas experiências, mas os sujeitos são construídos através delas.

As narrativas, enquanto modos de representação do passado, incorporam as experiências compartilhadas, justificando a formação de fronteiras sociais e de um sentimento de pertencimento à coletividade, sustentado pela sensação de compartilhamento de um passado em comum. Com efeito, a memória se consolida com um alicerce do sentimento de identidade e com o olhar atento ao passado e ao presente, se molda como um discurso, sobre o qual atuam forças que influenciam o que será lembrado e como o passado em comum será mobilizado. No limite, são as recordações que portam as tradições e os vestígios da experiência, a sacralização determinadas recordações e representações do passado são produtos de escolhas efetuadas no presente, mediante o potencial simbólico dessas recordações.

O sentimento de pertença a uma coletividade está ligado ao compartilhamento de determinadas recordações e representações sobre o passado, que formatam a memória social. Nesse sentido, toda coletividade que se esforça para começar de um ponto de partida inteiramente novo, demanda um momento de grande ruptura que marque sua trajetória. Esse ponto de ruptura, bem como a narrativa composta em relação ao evento escolhido, é o resultado de um amplo processo de disputas, reforçando a ideia da escolha memorial. Dessa forma, é necessário considerar as relações de poder decorrentes da operação de seleção de memórias, já que esse compartilhamento não ocorre sempre a partir da coesão do grupo, mas é, sobretudo, um produto de disputas de poder, que atuam solidificando algumas representações do passado sobre outras.

A possibilidade de indivíduos que pertencem a um mesmo corpo social veicularem uma representação semelhante sobre o passado, bem como mobilizar os mesmos elementos e encadeamentos de fatos em suas narrativas, demonstram o êxito de um trabalho de enquadramento do discurso. Na perspectiva de Joël Candau (2011), quando vários indivíduos pertencentes a uma comunidade afirmam se recordar de algo da mesma forma, que os demais membros se recordam, não se pode afirmar a existência de uma memória coletiva, mas sim de um discurso metamemorial, ou seja, uma representação que aqueles indivíduos fazem da memória do grupo (CANDAU, 2011, p. 24). Dessa forma, a memória coletiva pode

ser entendida como uma forma de representação resultante, sobretudo, da comunicação entre os indivíduos.

Mesmo existindo um conjunto de lembranças compartilhadas entre os membros de uma comunidade, existem também inúmeras sequências e formas de mobilização. Nesse sentido, a memória coletiva pode ser entendida como uma manifestação cognitiva do passado, formada por um grande repertório de recordações, que quando acessadas, ganham significados próprios e funções discursivas, originando outras representações da memória do grupo. A prática de rememoração consiste, portanto, em um exercício que se objetiva rememorar algo do passado. Não obstante, há uma tendência natural nesses grupos em criar esquemas coerentes de interpretação dos fatos, objetivando fixar uma imagem coerente do grupo na história. Esses universos narrativos, na perspectiva de Ecléa Bosi (2009) selecionam, recortam, deturpam e distorcem o discurso, dando maior ou menor ênfase a determinados pontos, conforme o momento celebrado ou com o grau de afetividade do agente que rememora (BOSI, 2009, 67).

Sendo assim, não é possível falar da memória coletiva como um mero depósito de lembranças, dado as inúmeras formas de mobilização e usos políticos possíveis. Como pontua Lisa Block (2012), recordar remete ao coração, se recorda com o coração, com a representação que se tem do passado. Recordar é uma palavra-chave e um exercício situado no limiar das representações, lembranças, esquecimentos, tradição, memória e história (BLOCK, 2012, p. 24). Nesse sentido, determinados atores sociais desempenham os mais diversos papéis relacionados à perpetuação de um determinado modo de recordar, agindo sobre a memória, manipulando as narrativas, organizando comemorações, construindo marcos e monumentos que se conectam ao poder de perpetuação da sociedade. Esses agentes de memória, podem ser indivíduos, grupos de pessoas e até mesmo o Estado, que desempenham esforços de rememoração e valorização de suas ações no passado, não apenas com o objetivo de valorização dos feitos, mas, sobretudo, como condição de sobrevivência de uma determinada identidade social (FERRAZ, 2012, p. 210).

A força de uma memória, ou seja, seu potencial de reconhecimento irá variar mediante os agentes que atuam na transmissão dessas memórias (TRAVERSO, 2012, p. 72). A memória nacional, considerada uma das formas mais bem estruturadas da memória coletiva, é um objeto cobiçado de jogos políticos e ideológicos. As comemorações nacionais, por exemplo, são caracterizadas por um processo perverso de seleção e uso político da memória. Nas palavras de Helenice Rodrigues da Silva (2002), comemorar significa reviver no imaginário coletivo determinada forma da memória social, sobre a qual se atribuem sentidos, significados, valores e ideais resultantes do apagamento das situações constrangedoras, que objetivam a sacralização dos mitos fundadores e das utopias nacionais em meio à comunidade. É através da operacionalização da memória coletiva, portanto, que se atribui diversas significações a uma representação do passado, tornando essa memória útil às demandas do presente (SILVA, 2002, p. 432).

As comemorações coletivas desempenham um papel de transmissão de um conjunto de lembranças e esquecimentos, sem os quais qualquer forma de identidade cultural seria inviável. No entanto, os monumentos e demais lugares de memória também atuam perpetuando um determinado modo de recordar. Os lugares de memória, segundo a perspectiva de Pierre Nora (1993), se ligam a uma determinada tradição cultural ameaçada pela aceleração do tempo e pelo esquecimento social. Além disso, enquanto estruturas de apelo à memória das sociedades, não raro, os lugares de memória são investidos de uma aura simbólica pelas comemorações, cumprindo, portanto, sua principal função de transporte de uma determinada compreensão sobre o passado. Contudo, os lugares de memória são dependentes dessa vigilância comemorativa, ou seriam rapidamente extintos (NORA, 1993, p. 13). Atuando como elemento de suporte para esse processo de transmissão, o lugar de memória ampara um determinado modo de recordar, assim como, a recordação, garante ao lugar um estatuto particular (ASSMANN, 2011, p. 15).

Nesse sentido, esses elementos, principalmente quando relacionados a efemérides comemorativas, são caracterizadas por uma incessante batalha pela memória, dado que provocam o reaparecimento de memórias clandestinas escondidas nos interditos, que permaneciam restritas no interior dos grupos. É importante salientar que as efemérides comemorativas, nas quais o Estado se coloca como o principal agente de memória, apresentam, portanto, uma função pedagógica, dado seu projeto de ação sobre as gerações futuras. A pedagogia geral do civismo, como apontou Françoise Choay (2001), delegam aos monumentos essa característica de serem portadores de conhecimentos que atingem as diversas classes sociais, vinculando o indivíduo ao grupo a partir de um sentimento de pertencimento e superioridade nacional (CHOAY, 2001, p. 117).

Não obstante, é em meio a essa profusão de lugares de memória, descerramento de placas e nomeação de logradouros públicos que reaparecem as disputas, mediante a tentativa de novos enquadramentos de memória. É o que assinalou Bauer (2015), a respeito das efemérides comemorativas dos 30 anos do golpe civil-militar de 1964. Segundo a autora, a possibilidade de se comemorar, em meio a um regime democrático, o aniversário do golpe significou uma maior liberdade a divulgação de memórias críticas sobre a ditadura, bem como intensificou as lutas para se esclarecer as reais circunstâncias das violações de direitos humanos. A autora assinala que atuação do Estado na elaboração de políticas de memória, nesse caso, não significou de forma prática uma maior visibilidade a essas memórias, mas gerou um efeito contrário, ou seja, o esvaziamento simbólico da militância de esquerda dos perseguidos políticos (BAUER, 2015, p. 65). Isso ocorre, segundo Napolitano (2015), porque essas políticas de memória atuam sobre a memória hegemônica da ditadura, que apesar de crítica ao regime, é ambígua frente a memória da luta armada (NAPOLITANO, 2015, p. 20).

Dessa forma, a memória se incorpora ao discurso de identidade através das narrativas. Via de mão dupla, como apontado no texto, atua do passado para o presente, mas, sobretudo, do presente para o passado. Enquanto discurso é seletiva. É no presente que a memória é operada, vinculando, em maior ou menor grau, o

indivíduo à coletividade, a partir da difusão dos mesmos mitos de origem, língua, território e ancestralidade e experiências. O discurso de memória veicula uma representação do passado para atender às demandas do presente. Seus agentes, operam esse discurso: compondo narrativas, organizando comemorações e sacralizando lugares, relegando parte dos relatos às agruras do esquecimento, enquanto determinadas visões ou versões serão constantemente lembradas pelo corpo social.

4. Considerações finais

A percepção dos meandros relacionados a construção dos relatos de memória é fundamental à historiografia, dado que a revalorização da memória, tanto na esfera individual como nas práticas sociais, acaba colaborando para a emergência de reivindicações de alguns grupos que se colocam como portadores de determinada “verdade” sobre o passado, provocando reflexões sobre a utilização dos testemunhos como fonte para o fazer historiográfico, bem como os usos e abusos relacionados à apropriação de determinadas narrativas sobre o passado. Dessa forma, mais do esgotar o debate, o objetivo do presente artigo foi trazer algumas perspectivas que podem auxiliar à análise da memória, pontuando as dinâmicas referentes a sua constituição e transmissão.

Com efeito, a característica principal da memória, estudada pelos autores elencados neste artigo, é sua condição mutável. O passado se altera constantemente, enquanto partes dele que pareciam submersas no esquecimento reaparecem, outras se tornam mais opacas e deixam de ser importantes. O presente, como o maestro de uma orquestra, conduz esse processo; o passado, como uma nota musical, às vezes soa, às vezes se cala. Nesse sentido, os usos e abusos relacionados a apropriação de determinadas narrativas de memória dizem mais sobre o contexto em que são comunicadas que sobre o passado em si. O uso da memória é guiado pelo presente, não o contrário. Além disso, a memória enquanto uma representação é constituída em meio a um processo constante de seleção e descarte de informações,

despertando sentimentos, protagonizando disputas e permanecendo sempre, e para sempre, relacionada à identidade através de um vínculo dialético e complementar.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. W. **Educação e emancipação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. Um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

ASSMANN, Aleida; SOETHE, Paulo. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: UNICAMP, 2011.

BAUER, Caroline Silveira. Um lugar de memória no esquecimento: o Monumento a os Mortos e Desaparecidos Políticos em Porto Alegre. **Revista Memória em Rede Pelotas**, v. 7, n.13, p. 58 – 68., jul./dez.2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/6305>. Acesso em: 18 mai. 2022.

BLOCK, Lisa. Recordar: uma palavra clave. In: CORNELSEN, Elcio Loureiro, VIEIRA, Elisa Amorim, SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs.) **Imagem e Memória**. Belo Horizonte: Editora: FALE/UFMG, 2012, p. 23 – 41.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 15 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Trad. Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945 – 2000)**. Londrina: Eduel, 2012.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, História, Testemunho. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2004, p. 83 – 93.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HOBBSAWN, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEVI, Primo **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

LOWENTHAL, David. Como Conhecemos o Passado. **Projeto História.** São Paulo, v.17, p. 63 – 201, nov.1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11110>. Acesso em: 18 mai. 2022.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, Londrina, v. 8., n.15., p. 09 – 44; nov. 2015. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/23617/17356>. Acesso em: 17 jul. 2022.

NAPOLITANO, Marcos. Aporias de uma dupla crise: história e memória diante de novos enquadramentos teóricos. **Saeculum.** João Pessoa, v. 39, n. 39, p. 205 – 218, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/40930/21670>. Acesso em: 18 mai. 2022.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. In: **Projeto História.** São Paulo, v.10, p. 07 – 28, dez 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 18 mai. 2022.

PADRÓS, E. S. História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos. **Tempo e Argumento.** Florianópolis, v.1, n.1, p. 30 – 45, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/708>. Acesso em: 19 mai. 2022.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 03 – 15, jun. 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/306>. Acesso em: 18 mai. 2022.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200 – 215, 1992. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/276>. Acesso em: 18 mai. 2022.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Trad: Alain François [et al]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SALES, Eric de. Cronos. Mnemosine, Clio e a defesa do patrimônio. **Historiæ.** Rio Grande, v. 6, n. 2, p. 153 – 166, fev. 2016. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/5589>. Acesso em: 18 mai. 2022.

SARLO, Beatriz. Crítica do testemunho: sujeito e experiência. In: SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA, Helenice Rodrigues. Rememoração/Comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v22n44/14006.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2022.

SOARES, Geraldo Antônio. Os tormentos da memória trauma e narrativa nos escritos de Primo Levi. **Varia Historia**. Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 911-927, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/HFHt4TKFrxFpstNp hTQ4WVw/?lang=pt>. Acesso em 17 jul. 2022.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modo de usar: História, memória e política**. Lisboa: Edições Unipop, 2012.

.